

EXPERIENCIANDO A HOMOFOBIA NA INFÂNCIA: NARRATIVAS DE HISTÓRIA DE VIDA DE HOMENS GAYS E CISGÊNEROS RESIDENTES NO INTERIOR DO PARANÁ, BR

EXPERIENCING HOMOPHOBIA IN CHILDHOOD: LIFE STORY NARRATIVES OF GAY, CISGENDER MEN RESIDING IN THE INLAND OF PARANÁ, BRAZIL

Ronaldo Adriano Alves dos Santos⁷

Fernando Silva Teixeira-Filho⁸

Resumo: Neste trabalho discutimos as experiências de homofobia vivenciadas por homens gays, cisgêneros na infância que residem em cidades do interior do Estado do Paraná, Brasil. A partir dos estudos feministas e de gêneros e por meio da Narrativa de Histórias de Vida, abordamos as experiências e os impactos das diferentes manifestações da homofobia na vida dos participantes da pesquisa. O estudo contou com seis (06) voluntários em cujas narrativas a infância aparece como um período marcado por um processo de diferenciação que se impunha por meio de proibições, repreensões, sátiras, “brincadeiras”, “gozações”, assédios morais e sexuais, agressões psicológicas, verbais e físicas. Essas experiências constantes produziram diferentes estratégias, mais ou menos precárias, de adaptação às expectativas que se projetavam sobre os participantes. Esse cotidiano de violências marcou todo o período da infância demonstrando claramente como os processos de expressão, subjetivação e socialização foram aliçados pela adoção de mecanismos e práticas que intentaram cisheteronormatizar e normalizar os corpos, experiências e afetos dos participantes. **Palavras-chave:** Homofobia; Narrativa de Histórias de Vida; Infância.

Abstract: This work discusses the experiences of homophobia experienced by gay, cisgender men in childhood who reside in cities in the inland of the State of Paraná, Brazil. Based on feminist and gender studies and through the Life Story Narrative, we address the experiences and impacts of the different manifestations of homophobia in the lives of the research participants. The study involved six (06) volunteers whose narratives depict childhood as a period marked by a process of differentiation that was imposed through prohibitions, reprimands, satire, “jokes”, “teasing”, moral and sexual harassment, and psychological, verbal and physical aggression. These constant experiences produced different, more or less precarious, strategies of adaptation to the expectations projected onto the participants. This daily life of violence marked the entire childhood period, clearly demonstrating how the processes of expression, subjectivation and socialization were alienated by the adoption of mechanisms and practices that attempted to cisheteronormativize and normalize the participants’ bodies, experiences and affections. **Keywords:** Homophobia; Life Story Narrative; Childhood.

INTRODUÇÃO

Discutiremos as experiências de homofobia vivenciadas na infância por homens cisgêneros, gays, residentes no interior do Estado do Paraná, BR. Tal discussão é resultado da pesquisa de Mestrado por mim defendida, Ronaldo Adriano e por Fernando Teixeira, orientada, em 2019 na qual, a partir dos estudos foucaultianos e feministas e por meio

7 PUCPR. ronaldo.alves@pucpr.br. <https://orcid.org/0000-0003-2316-9522>

8 UNESP. <https://orcid.org/0000-0003-4975-2273>

da Narrativa de Histórias de Vida, objetivou-se construir um percurso narrativo a partir das histórias de vida de homens gays, cisgêneros, que assumem e/ou vivenciam suas homossexualidades no município de Cascavel-PR.

Adotamos a narrativa de histórias de vida como método, processo e objeto (Telles, 1999) desse estudo, pois acreditamos que ela nos possibilita acessar as experiências dos participantes da pesquisa dando especial atenção às suas idiossincrasias, permitindo, assim, que os discursos e experiências das “pessoas reais, contadas na primeira pessoa”, sejam acessados e inseridos no seio do discurso acadêmico/científico (Neves, 2012, p.5). Esse acesso às experiências e às subjetividades por meio da fluidez produzida no encontro entre pesquisador/a e os demais participantes da pesquisa são fatores extremamente potentes da e na construção dessa pesquisa tanto para a coleta quanto para a construção interpretativa dos dados.

Isto posto, busco discutir as experiências e os impactos das diferentes manifestações da homofobia em suas intersecções com as idiossincrasias que marcam o enredo de cada uma das histórias dos participantes da pesquisa. A pesquisa contou com a participação de seis (06) homens gays, cisgêneros, residentes no Município de Cascavel-PR (dentre os quais, eu, Ronaldo Adriano, me incluo⁹). Entendendo a homofobia como um exercício de poder e dominação e dada a relevância de se pensar as interseccionalidades nos estudos sobre os efeitos do poder nos processos de subjetivação, para o recrutamento de voluntários para participar da pesquisa foram adotados os marcadores sociais de diferença, gênero, raça e geração, como um dos critérios para a participação do estudo. De tal modo que os participantes que compuseram a pesquisa foram todos homens cisgêneros, gays, dos quais dois (02) eram jovens (18 e 29 anos), e quatro (04) adultos (30 e 59 anos), sendo que cinco (05) se autodeclararam brancos e um (01) se autodeclarou negro¹⁰.

Apartir das narrativas dos participantes construímos reflexões que se configuram como um exercício, um ensaio de uma escrita que valorize a potência e as singularidades que marcam cada uma das histórias que me foram narradas. Uma escrita mais comprometida com a montagem e contação dessas histórias (ou fragmentos de histórias) do que com a explicação, análise e desvelamento de “verdades” contidas nos dados e resultados da pesquisa (Biglia e Bonet-Martí 2009). Sendo assim, a seguir, apresentaremos alguns fragmentos dessas histórias que nos permitem entrever algumas pistas dos modos por meio dos quais a homofobia marcou, incidiu, a infância dos participantes da pesquisa.

HOMOFOBIA: UM DISPOSITIVO DE PODER

A homofobia, enquanto categoria política, conceitual e analítica (Borrillo, 2010), configura-se como um conceito que possibilita, mesmo que de forma imperfeita, traduzir diferentes manifestações de violência às quais estão sujeitas, direta ou

9 Minha inclusão como pesquisador-participante do estudo ocorreu por conta da percepção de que seria inviável prosseguir com o estudo sem agregar a minha própria narrativa, haja vista ela disparar e compor diretamente esse empreendimento de pesquisa.

10 Não houve voluntários que fossem idosos e/ou que se autodeclarassem pardos, indígenas ou amarelos.

indiretamente, a totalidade das pessoas e especialmente a população LGBTQIA+¹¹ e todos aqueles que não se adequam à norma linear, cisgênera¹² e heteronormativa¹³ (fêmea/feminina/mulher/heterossexual ou macho/masculino/homem/heterossexual) (Toledo e Teixeira Filho, 2013). Porém, apesar de considerar a importância política desse conceito “guarda-chuva” (Teixeira Filho, 2012), é fundamental refletirmos, discutirmos e visibilizarmos as especificidades e peculiaridades das experiências de vitimização às quais estão submetidas as pessoas LGBTQIA+ em decorrência de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nesse sentido, a I Conferência Nacional LGBTQIA+, ocorrida entre os dias 05 e 08 de junho de 2008, asseverou a necessidade de discutirmos as especificidades da lesbofobia, transfobia, travestifobia, entre as quais podemos incluir também a bifobia. Desse modo, e reconhecendo o caráter (de)limitado da pesquisa acadêmica e multifacetado desses fenômenos, é fundamental esclarecer que ao abordarmos a homofobia, suas manifestações e experiências, não pretendemos totalizar, generalizar ou subsumir a realidade vivenciada, tanto intra quanto entre, por cada um desses grupos identitários específicos.

Entendemos, assim, que a homofobia afeta todas as pessoas não estando, portanto, necessariamente atrelada ao tipo de relação afetiva, prática sexual e/ou identidade de gênero. Nesse sentido, a homofobia margeia e (de)limita as formas pelas quais nos relacionamos social, política, afetiva e sexualmente. Ela condiciona e determina nossas performances de gêneros (Butler, 2017) e as performances e práticas hetero, homo (gay e lésbica) e bissexuais. É por meio dessas (de)limitações, determinações e condicionamentos que a homofobia funciona como um “dispositivo de controle” (Teixeira Filho, 2011, p.42)¹⁴ que articula e formata uma rede de discursos (religiosos,

11 O acrônimo LGBTQIA+ refere-se às identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneras, Queer, Intersexo, Assexuais e outras ainda por vir. Trata-se de um campo discursivo em disputa de visibilidade, organização e reconhecimento ético, estético e político. Por isso, a depender das lutas, disputas e contextos, poderá seguir ampliando-se.

12 Segundo BONASSI (2017, p. 19-20), o conceito cisgênero “é uma palavra cunhada na década de 1990 e difundida no ciberativismo, ativismo realizado pela internet, principalmente por pessoas trans e não binárias. Designa pessoas que se identificam única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento”.

13 Podemos compreender a heteronormatividade como “[...] um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da cisheterossexualidade” (Miskolci, 2009, p.156-157).

14 Adotamos neste trabalho o conceito foucaultiano de dispositivo que é definido pelo autor como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação

legais, científicos, políticos, etc.) e práticas que visam produzir, manter e garantir uma série de percepções e relações negativas, homogeneizadas e estereotipadas em relação às dissidências sexuais e de gênero dissidentes à cisheteronormatividade. A homofobia busca então disciplinar, normatizar, normalizar e categorizar nossas formas de ser e estar no mundo como “normais” ou “patológicas” e produzir, dessa maneira, a internalização da própria homofobia (Borrillo, 2010; Nascimento e Teixeira Filho, 2010).

Essa contextualização e ampliação da conotação do conceito de homofobia é necessária, pois em sua formulação inicial e em decorrência de sua “pobreza conceitual” (Teixeira Filho, 2011, p. 50) ela aparenta ligar-se apenas às experiências de violência e exclusão que afetam indivíduos biologicamente considerados como machos da espécie, os quais assumem uma identidade de gênero masculina e identificam-se afetivo e sexualmente como homossexuais. Entretanto, como apontamos acima, esse conceito, nas últimas décadas, tem abarcado diferentes situações de preconceito, aversão, agressão, demérito e desqualificação das pessoas que rompem com as performances cisheteronormativas, quer sejam pessoas LGBTQIA+ ou não (Welzer-Lang, 2001). Percebemos, assim, que a homofobia deixa de designar apenas afetos e efeitos eminentemente individuais e psicológicos, passando a dimensionar também um problema social e historicamente engendrado. Desse modo, essa mudança na compreensão da homofobia potencializa sua função política e, por conseguinte, a produção de conhecimentos e estratégias visando sua superação.

Côncios desse cenário e da necessidade de ampliarmos esse debate, percebemos que é inegável o quanto a a consciência em (des)construção da homofobia nos constitui subjetivamente, controla nossos corpos em gestos, palavras e atos, margeia nossos afetos e relações buscando condicionar e determinar nossas possibilidades de ser, de expressar nossos sentimentos e nosso modo de estar no mundo. Porém, em que pese a importância e a necessidade de apreendermos e refletirmos sobre as manifestações individuais da homofobia, é fundamental termos clareza de que não podemos perder de vista que ela se constitui e se (re)produz como um fenômeno histórico e social. Nesse sentido, Castañeda (2007) afirma que as relações particulares e as relações sociais são indissociáveis, pois, para a autora, a vida privada, nela inclusa a sexualidade, sempre produzirá ressonâncias públicas e sociais. Seguindo a constatação da referida autora, podemos afirmar que essas relações se constituem de maneira mútua e interdependente, porque as relações produzidas socialmente (de)formam e (des)configuram a vida privada e a própria sexualidade.

Identificarmos essa relação indissociável entre público e privado é imprescindível, uma vez que nos permite evidenciar o caráter ideológico da privatização das homossexualidades e da própria homofobia. Falamos em privatização porque que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 1979, p. 244). Contribuiu para o entendimento desse conceito discussões de Agamben (2005, p. 13) que pensa o dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. São justamente esses modos de conceituar o dispositivo que me permitem concordar com Teixeira Filho (2011) quando esse apresenta a homofobia enquanto um “dispositivo de controle”.

experienciamos cotidianamente expressões que buscam dissociar essas esferas da vida afirmando que as sexualidades e suas expressões devem “ficar entre quatro paredes”, que “a sexualidade é uma coisa íntima”, de tal modo que o que incomoda a esfera pública são “as pessoas ficarem se esfregando, se agarrando em público”, expressões de afeto “não podem e não devem ser feitas diante das crianças”, pois é necessário manter um pretenso “respeito às famílias”. Falas comuns que vêm desacompanhadas de qualquer processo crítico-reflexivo quanto às experiências e histórias de vida de seus alvos e/ou quanto o que, de fato, pode ser considerado íntimo ou sobre o que é o espaço público e o que significa o trânsito e a ocupação desse espaço. Mais distante ainda está qualquer discussão sobre os afetos, desejos e suas manifestações ou mesmo sobre o que vem a ser família. Essa reprodução irrefletida desses discursos e práticas sociais demonstram o quanto a homofobia estrutura nossas experiências, nossos sentidos, nossa forma de representar e interpretar o mundo e os outros e consequentemente a forma como nos relacionamos em sociedade.

Percebemos, desse modo, que é fundamental pensarmos a homofobia enquanto dispositivo de controle social e histórico, que opera na regulação de todas as relações sociais e que funciona como uma prática regulatória tanto das identidades de gênero quanto das orientações e práticas afetivo-sexuais (Teixeira Filho, et. al. 2012; Teixeira Filho, 2011). Afirmamos, assim, que a homofobia não pode ser compreendida como um fenômeno atinente exclusivamente ao funcionamento mental intra-individual (Jodelet, 1999). É certo que existem indivíduos homofóbicos e que, portanto, há manifestações individuais da homofobia. Contudo, não podemos confundir as lógicas e os funcionamentos individual e social (Crochík, 2008), sendo assim, percebemos que é necessário buscarmos no âmbito da sociedade o que leva o indivíduo a ser ou não ser homofóbico.

Nesse sentido, Miskolsci (2009) afirma que a homofobia pode ser compreendida como um conjunto de relações que se produzem a partir da heteronormatividade cisgênera que pressupõe a cisheterossexualidade como “a” sexualidade normal e natural, sendo assim percebida como a base sob a qual é erigida a sociedade. Vale destacar que a heteronormatividade, enquanto constructo social, se articula e se emparelha com a cisnormatividade¹⁵, pois, como afirma Vergueiro (2015, p. 57), “a inteligibilidade cisgênera [...] pressupõe a inteligibilidade heterossexual como decorrência”. Tanto o sexo quanto o gênero nos são atribuídos ainda no processo gestacional ou no parto e a partir dessa

15 Em consonância com as discussões produzidas por Vergueiro (2015), apresentamos e percebemos a cisnormatividade como uma categoria que possibilita produção de análises que permitam evidenciar a constituição e as relações de gênero. Essa categoria pode ser descrita a partir de três elementos: pré-discursividade, a binariedade e a permanência dos gêneros. “A cisnormatividade opera, portanto, inscrevendo como pré-discursivas as marcas corporais relacionadas ao ‘sexo biológico’, tomando-as posteriormente como critérios naturais e objetivos para definição do sexo-gênero; pela noção de que os corpos, se normais, terão seus gêneros definidos a partir de duas alternativas, sendo elas: macho/homem-cis, fêmea/mulher, associação entre ‘sexo biológico’ e ‘gênero cultural’; e permanência, que se refere à continuidade e persistência da identificação de gênero designada com base no sexo ao longo da vida, avaliada pela reiteração das expectativas de gênero associadas aos homens e às mulheres” (Pontes e Silva, 2017, p. 409)

determinação, proveniente do discurso médico/jurídico/familiar, a expectativa social é que ambos (sexo e gênero) apresentem uma correspondência unívoca, linear, inequívoca e inquestionável. É dessa forma que somos compulsoriamente conduzidos, disciplinar e coercitivamente, a estabelecermos, de modo sexuado e generificado, determinadas relações afetivas e eróticas dentro de uma lógica ““oposicional” e “complementar” (mulher/homem, feminino/masculino), originando uma formação heteronormativa – esta dita “normal”, “santificada” e “sadia”” (Toledo e Teixeira Filho, 2014, p. 306).

Percebemos, dessa forma, que a cisheteronormatividade¹⁶, através do discurso e das práticas sociais, constitui-se como o núcleo duro da homofobia. Portanto, a homofobia se configura como um tentáculo da cisheteronormatividade que funciona a partir da violência e da negação das possibilidades existenciais de toda e qualquer pessoa ou grupo social que se “desvie” das normas de gênero e sexuais. Destarte, a homofobia aliena direitos humanos fundamentais, negando o acesso e exercício pleno da cidadania, alijando os mecanismos de (des)proteção do Estado, da Sociedade e, não raras as vezes, da própria família.

Como todo regime autoritário, as cisheterossexualidades se fundam e se mantêm de forma violenta, ficando a cabo das LGBTfobias, do machismo e da misoginia exercerem a função de polícia e guardiãs das cisheterossexualidades, tomadas como “sexualidade normal”, natural e boa. Nesse sentido, percebemos que a homofobia conforma um verdadeiro “dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero” (Borrillo, 2010, p.8). Welzer-Lang (2001, p. 465) colabora com essa ideia ao considerar a homofobia como “discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero”.

Esse processo de normalização e naturalização da cisheterossexualidade e esconjuração das *outras* possibilidades de expressão e experiência das sexualidades, além da função mantenedora da ordem social heterossexual, também funciona como um regime econômico tanto a nível psíquico quanto em nível social. Assim, ao banalizar, satirizar, subalternizar e desumanizar as vivências e experiências dos dissidentes das cisheterossexualidade, a homofobia se configura como uma manifestação da violência e um meio de ocultação da realidade. Portanto, é por meio da compulsoriedade das cisheterossexualidades, enquanto pressuposição e mecanismo homogeneizantes, que são social e historicamente produzidos determinados padrões relacionais os quais viabilizam de modo mais eficaz as estratégias de controle social.

Nessa perspectiva, a homofobia se alinha também ao machismo, à misoginia, à xenofobia, ao racismo, ao antissemitismo e aos preconceitos relativos à classe social, compleição física, entre outros (Eribon e Haboury, 2003). Esse alinhamento ocorre, pois “[...] à semelhança do negro, do judeu ou de qualquer estrangeiro, o homossexual é sempre o outro¹⁷, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação” (Borrillo, 2010, p. 14). Essa impossibilidade de identificação condena as homossexualidades, e as outras expressões e performances das sexualidades e gêneros,

16 A partir das discussões apresentadas acima seguiremos este trabalho discutindo a cisheteronormatividade como modo de explicitar a relação indissociável e interdependente dessas duas categorias analíticas (heteronormatividade e cisheteronormatividade).

17 Destaque inserido por mim.

à clandestinidade. Essa clandestinidade experimentada pelas homossexualidades se configura como um território sem-lugar, pois, “[...] acreditamos que a pessoa que experiência a homossexualidade deva ela mesma, se sentir uma “estranha” nos espaços de socialização que circula. Não por questões específicas de sua pessoa, mas por conta da não aceitação social da homossexualidade” (Teixeira Filho, 2012, p.97). Assim, vivemos essa clandestinidade como um solo estrangeiro no qual habitamos, mesmo nas relações mais íntimas e próximas. Uma terra de incertezas onde talvez o único ponto fixo e certo seja a impossibilidade de desvencilharmo-nos completa e definitivamente de suas fronteiras maleáveis e movediças.

Percebemos, dessa forma, que o processo que leva à “saída” do armário não é um caminho simples a ser trilhado. As angústias vivenciadas no processo de autoaceitação, os temores quanto às possíveis reações negativas de familiares e amigos, o receio quanto à possível descoberta pela comunidade e pelo ambiente de trabalho e o medo da violência gratuitamente perpetrada contra a população LGBTQIA+ assombram e margeiam todo esse percurso. Nesse sentido, podemos afirmar que todo esse processo é atravessado pelo medo da rejeição em suas amplas e diversas formas de manifestação (Toledo e Teixeira Filho, 2013).

Nessa perspectiva, Schulman (2010) reconhece as angústias e medos de assumir e vivenciar as homossexualidades, inclusive no ambiente íntimo da família, e afirma que as ressonâncias da homofobia irão depender das redes relacionais que os indivíduos conseguem ou não acessar na família e também fora dela. Para a autora, o fundamental dessas redes são sua consistência e confiabilidade, características que possibilitam, em maior ou menor grau, mitigar os impactos da experiência da homofobia, que não são poucos.

Desse modo, pesquisar a experiência da vivência da opressão homofóbica e a força e potência das narrativas de histórias de vida cis-gays que assumem e/ou vivenciam sua orientação sexual pode servir para lançar luz sobre os modos através dos quais essas experiências, interseccionadas pelos marcadores sociais de diferença, impactam na construção das identidades dessas pessoas. Voltar o nosso olhar e nos propormos a escutar e refletir sobre narrativas de resistência à opressão homofóbica é especialmente importante para nós, estudantes e profissionais da Psicologia, pois nos permite corrigir a dívida histórica que temos com a população LGBTQIA+.

Dívida contraída historicamente por meio de nossas teorias e práticas patologizantes, classificatórias, categorizantes e excludentes, nos importando lembrar que as homossexualidades apenas deixam de ser concebidas como doença no final do século XX. Teorias e práticas que comumente colocaram-se a serviço do controle e disciplinamento dos corpos de todos que se distanciassem dos códigos da cisheteronormatividade. Sendo assim, reconhecermos que o papel histórico da Psicologia, enquanto mecanismo do dispositivo homofóbico, é fundamental para podermos romper com essas teorias e práticas, além de fabricarmos e construirmos uma Psicologia potente e comprometida ética, estética e politicamente com a construção de uma sociedade plural, justa e igualitária. É nessa perspectiva que apresento, na próxima seção, apresento excertos de

narrativas de história de vida como uma estratégia de visibilização e debate sobre como a homofobia constitui nossos processos de subjetivação desde a mais tenra infância.

A NEGAÇÃO, A INVISIBILIDADE, O ANIQUILAMENTO DE SI.

A construção dos encontros e das narrativas que compuseram a pesquisa se desenvolveram de maneira muito particular. A maioria de nós¹⁸ iniciou seus relatos pela infância, porém mesmo aqueles que iniciaram suas histórias em outros momentos do ciclo vital invariavelmente retomaram às suas infâncias como um período intensamente afetivo e marcante em suas trajetórias de vida. Em nossas histórias chama a atenção o fato de quem em todas as narrativas aparece o relato de que durante a infância foi vivenciado um processo de diferenciação, tipificação e qualificação dos brinquedos, das brincadeiras e do brincar entre aquilo que era considerado como sendo “*de meninas*” e aquilo que era tido como “*de meninos*”. Essa diferenciação dos objetos e das práticas infantis embora não esboçasse ainda qualquer conotação referente a orientação sexual, denota uma marcação nítida da cisheteronormatividade na busca do enquadramento das crianças dentro dos parâmetros binários e normativos dos gêneros e sexualidades.

Essa diferenciação se traduziu, na maioria das vezes, numa maior identificação e desejo de participação naquelas atividades tipificadas como “*de meninas*”. “[...] Às vezes eu ‘tava’ com meu irmão ou com os meus primos ali e todos eles queriam brincar de carrinho e eu não queria, eu queria brincar com as bonecas das ‘minha’ primas”. Porém, a expressão e fruição dessa identificação e desse desejo era proibida e repreendida pelos adultos: “*ué, mas por que que você está aqui?*”; “*Não, isso aqui é de menina*” “*você não pode brincar [...] porque [...] é coisa de menina*”. Além disso, essa identificação e desejo de fruir desses brinquedos e brincadeiras, invariavelmente, nos tornou alvos de sátiras, “*brincadeiras*” e “*gozações*” por parte das demais crianças.

Vivenciar essas situações conduziu a um processo de tomada de consciência de que de algum modo não nos enquadrávamos nas expectativas sociais e familiares projetadas sobre nós. Um dos participantes relata uma cena que nos possibilita ilustrar esse momento: um primo o questionou sobre o motivo dele brincar com bonecas e essa pergunta fez com que o participante começasse a se questionar e a perceber que havia algo de diferente entre ele e os demais meninos: “*Pera aí... então tem alguma coisa errada né?! porque se ele está perguntado o porque que eu brinco de boneca é porque tem alguma coisa de errado*”.

Episódios semelhantes foram relatados e experienciados e por todos nós e essa percepção muito primeva na e da infância não foi sem efeitos. Nos percebermos como diferentes dos demais produziu diversos afetos traduzidos nessa sensação de que algo em nós estava “*errado*”, ou que ser quem somos e como somos fosse “*errado*”. Uma percepção e sensação que ocasionou mudanças comportamentais tornando-nos

18 Ao longo do trabalho utilizo a primeira pessoa do plural de modo a localizar a totalidade das narrativas e experiências dos participantes da pesquisa que inclui (como explicitado acima) a narrativa da minha própria história de vida.

mais “retraídos”, “defensivos” e em diversas situações “confusos”, pois “*não entendia o que estava acontecendo*”. Confusão que se avolumava na medida em que também não era nítido os motivos e razões das admoestações dos familiares: “*você não pode brincar com bonecas, porque boneca é coisa de menina*”; “*Não, você não pode, você tem que brincar de carrinho*”; “*você tem que brincar com seus carrinhos não com os brinquedos da tua prima*”. Essas diferenciações, interdições e punições (que de maneira direta ou indireta se manifestavam) não nos fazia sentido, pois não percebíamos nada de errado em brincar com as meninas e com aqueles brinquedos e brincadeiras que lhes diziam serem a elas destinados.

Nesses relatos fica evidente o quanto a fruição de brinquedos e brincadeiras lidas e “controladas” pelo gênero oposto resultam em grandes dificuldades e sofrimentos para as crianças (Louro, 2003; Godoi e Arantes, 2012). Esse processo de tipificação e qualificação dos brinquedos, das brincadeiras e do brincar aliado à maior identificação e desejo de participação naquelas atividades tipificadas como “*de meninas*”, defronta-se com a proibição e repreensão promovida pelos adultos e também pelo comportamento e interação com as outras crianças.

Vale destacar que essa relação com o brinquedo, as brincadeiras e o brincar (dentro dessa lógica oposicional e binária), bem como os efeitos dela resultante, foi uma experiência comum a todos nós. Em todos os relatos ficaram evidentes as marcas profundas que essas experiências primevas produzem nos processos de subjetivação e como elas constituem o início de um sentimento de inadequação, inferiorização, opressão e subordinação em relação à comunidade cisheterossexual. É certo que essas experiências não são exclusivas às pessoas LGBTQIA+, visto que essas mutilações e repressões também compõem a construção das identidades heterossexuais (Welzer-Lang, 2001; Teixeira Filho, 2011; Zanello, 2018), entretanto, é inegável que seus efeitos são ainda mais deletérios em relação às pessoas LGBTQIA+ (Britzman, 1996; Louro, 2000; 2003).

Essa relação contraditória (identificação/desejo x proibição/repreensão/sátira) fez com que o brinquedo e o brincar aparecessem como uma das primeiras (senão a primeira) marcas de diferenciação-sofrimento que começaram a ser percebidas por nós e também por aqueles que conviviam conosco. Nesse ponto é importante considerarmos que a experiência lúdica se constitui como uma forma primordial de comunicação, de expressão e subjetivação na infância (Dellabona e Mendes, 2004). Portanto, essas proibições, repreensões e sátiras, relativas à participação ou fruição de determinados brinquedos e brincadeiras, produz a “supressão de similaridades *potenciais*” (Zanello, 2018) entre os gêneros e o alijamento dos processos de expressão e subjetivação das crianças, por meio da adoção de mecanismos e práticas que intentaram cisheteronormatizar (Vergueiro, 2015) e normalizar nossos corpos, experiências e afetos.

Todas essas experiências eram vivenciadas sem muito discernimento referente às causas dessa diferenciação e dessa interdição, não raras as vezes acompanhada de violência psicológica, física e moral. Em um período em que buscávamos construir redes de identificação e pertencimento a sensação que experimentávamos em nossas relações e interações sociais era de estranhamento. Nessas relações percebíamos-nos

como “[...] diferente das outras ‘criança’”. De tal modo, “apesar de gostar da companhia e das brincadeiras com as outras crianças, me sentia estranho, sem me sentir pertencente daquelas relações, me sentia deslocado em relação aos demais”.

Esses sentimentos de inadequação e de não pertencimento apreço metaforicamente na narrativa de um participante que se percebia como “um peixinho fora d’água” explicitando essa sensação desenraizamento caracterizando-se como um “deslocado”. Ambas as expressões denunciam a ausência de um lugar, um não pertencimento que se encadeia com o discurso do estranhamento e diferenciação que aparece frequentemente em nossas narrativas sobre a infância. Esses são sentimentos que se produziram nas relações sociais que estabelecemos nos espaços de convivência e circulação e que paulatinamente foram quase que “epidermizados” passando a ser uma companhia constante, mesmo quando não havia qualquer reação externa à nossa presença.

Vivemos nossas infâncias mergulhados em um contexto experiencial absolutamente cindido de desejos, vigilâncias, controles, potências, culpas, não entendimento e ausência de lugar. Vivemos de um modo que nos fez perceber que esse mundo, essa sociedade e essa forma standardizada de ser família não é continente à nossa experiência, aos nossos corpos, aos nossos desejos e potências. Vivenciamos tudo isso como seres estranhos, deslocados e exóticos. É como se não pertencêssemos ao *habitat* que nos produziu, éramos como que estrangeiros nos locais comuns. Todas essas experiências e afetos se misturavam e nos faltaram modelos, nos faltaram espelhos e nos faltaram aprendizados e experiências de nós mesmos que nos possibilitassem, à época, fabricar o nosso próprio caminho sem carecer de tantos desvios e obstáculos.

Essas experiências e afetos comuns em nossas infâncias, remete ao debate produzido por Teixeira Filho (2012, p.97) quando ele afirma que a pessoa que vivencia a homofobia pode, “[...] ela mesma, se sentir uma “estranha” nos espaços de socialização que circula. Não por questões específicas de sua pessoa, mas por conta da não aceitação social da homossexualidade”. Muito embora não houvesse nitidez ou conhecimento sobre nossa orientação afetivo-sexual na infância (a ausência de conhecimento, informações ou mesmo de convivência com pessoas LGBTQIA+ foi outra marca recorrente em nossas infâncias) o fato de sentirmos e vivenciarmos esse estranhamento relacional fez com que em muitos casos nós mesmos acabássemos nos “escondendo”. “Escondendo” quem somos e o que fazemos ou gostaríamos de fazer, de tal modo que “[...] aprender a se esconder torna-se parte do capital sexual da pessoa” (Britzman, 1996, p. 83). Esse foi um aprendizado que se consolidou e se cristalizou em nossas experiências durante toda a infância, atravessando a adolescência e para alguns chegando até a vida adulta.

Essa impossibilidade de identificação condena as homossexualidades (e as outras expressões e performances das sexualidades e dos gêneros não identificadas com a cisheteronormatividade) à clandestinidade. Essa clandestinidade experimentada por nós se configura como um território sem-lugar (“des-locado”, “estranho”). Assim, vivemos essa clandestinidade como um solo estrangeiro no qual habitamos, mesmo nas relações mais íntimas e próximas. Uma terra de incertezas onde talvez o único ponto fixo e certo seja a impossibilidade de desvencilharmo-nos completa e definitivamente de suas fronteiras maleáveis e movediças.

Assim, imersos nessas experiências e carentes de identificação, todos nós vivenciamos uma proximidade e identificação maiores com as mulheres e com o feminino desde a infância. Porém, essa localização nas mulheres e no feminino como figuras de identificação e de acolhimento se constitui como uma experiência contraditória. A forma binária em que a nossa sociedade se estrutura aloca nossa experiência em um limbo relacional que nos faz sentir e perceber que quem somos, aquilo que vivemos e sentimos não encontra ancoragem nem naquele modelo de masculinidade, que nos exclui e violenta, nem naquele modelo de feminilidade, que nos acolhe.

Além de ser um espaço de acolhimento e identificação, essa aproximação com as mulheres aparece, nas histórias dos participantes, como uma das causas da violência homofóbica, pois “*os meninos [...] não suportavam isso*”, não suportavam essa aproximação e esse acolhimento. Não suportavam e não entendiam essa aproximação e esse tipo de relação estabelecida com as mulheres e com a feminilidade, uma relação muito diferente daquela a qual eles são, de modo estandardizado, talhados a estabelecer. Logo não suportam e agridem aquilo que leem como feminino em nós e que tiveram que suprimir em seus próprios corpos. Isso me faz pensar sobre o quanto de operações violentas são necessárias para constituir essa masculinidade tóxica que, de modo reativo, projeta-se violentamente sobre nós. Uma projeção paranoica que escancara e evidencia o quanto nossos agressores são algozes de suas próprias dores. Dores que eles, como “*verdadeiros machos. Homens com H maiúsculo*”, não podem reconhecer e sentir em si mesmos. Um tipo de funcionamento que deixa evidente a afirmação de Borillo (2010) e Castañeda (2007) de que a homofobia afeta e constitui a experiência e a história de todas as pessoas.

Nessa mesma esteira e seguindo suas histórias os participantes relataram que nos anos finais da infância eles começaram a constituir uma maior consciência de si, de seus afetos e desejos. Concomitante a esse processo houve um recrudescimento das expressões da homofobia com o aumento das agressões verbais, psicológicas, morais e físicas. Em nossas experiências essas agressões e demais expressões da violência homofóbica, encontraram no ambiente escolar um dos espaços privilegiados de sua ocorrência. Um espaço que deveria funcionar como espaço protetivo tornou-se um daqueles onde estivemos mais expostos e sujeitados à violência homofóbica.

E como evidencia um dos participantes, “*a homofobia sempre vem acompanhada de alguma coisa!*” e no caso dos dois jovens, que participam da pesquisa, há a nítida intersecção de alguns marcadores sociais de diferença (raça, classe social e compleição física) e a especificidade das expressões da homofobia de que foram vítimas. Essa intersecção aparece no discurso dos participantes quando um deles relata: “*eu tive muito mais facilidade de me aceitar enquanto gay, do que me aceitar enquanto negro [...] você não pode esconder que é negro, isso... e se tem uma coisa que eu queria, que eu tinha vontade era isso*”. Era recorrente que ele ouvisse na escola expressões como: “*além de preto é gay*”; “*além do cara ser preto, o cara é gay*”.

Esse mesmo participante conta que: “*Eu sabia que eu não era muito aceito dentro da sala de aula porque eu era pobre, disso eu tinha certeza*”. Já o outro jovem relatou que era alvo recorrente das agressões por ser homossexual, “*mas também pela questão física [...] Que*

eu era cheinho né?!" por conta disso *"tinha alguns que até se afastavam pra não... sei lá... não ter a imagem associada aquilo ou alguma coisa assim"*. Esse último participante relata que as agressões ocorriam de maneira coletiva e durante *"a manhã inteira ou a tarde inteira"*. Uma experiência cotidiana de agressões múltiplas que fez com que ele, após sucessivas reprovações, abandonasse a escola no 6º ano do Ensino Fundamental. Ele toma essa decisão, pois *"não queria mais passar por aquilo"* e, portanto, decide *"fazer de tudo pra [...] não pisar em uma sala de aula"*. Assim, sem retornar à Escola, esse participante recebeu a certificação de conclusão do Ensino Fundamental por meio do ENCEJA e do Ensino Médio por meio do ENEM e reconhece: *"são coisas que me atrapalham hoje, né?! [...] 'mais' [...] eu achei melhor fazer isso do que passar pelo que eu passei todo esse tempo na escola"*.

Ações como essa ocorrem, pois não havia ação preventiva e/ou proativa por parte da escola frente aos episódios de homofobia. Eles relatam que nenhuma ação era tomada pelas instituições de ensino, mesmo quando as agressões eram testemunhadas pelos profissionais da instituição. A escola só agia caso apresentássemos queixas recorrentes e/ou nos casos de violência física. Porém, nessas situações a ação tomada pela escola restringia-se a *"chamar a atenção"* dos agressores ou, quando muito convocar a família para uma reunião. Uma intervenção localizada e sem efeitos práticos no contexto cotidiano de violência vivenciado por nós.

Nesse ponto é importante destacarmos que a intervenção se direciona exclusivamente à vítima da agressão. A intervenção ocorria de modo a deslegitimar ou minimizar o potencial agressivo das ações homofóbicas considerando-as *"coisa de criança"* e/ou identificando as vítimas como a causa das agressões. Além disso, alguns participantes relatam que os próprios profissionais da educação se exprimiam de forma homofóbicas em comentários, discussões ou mesmo repreendendo comportamentos que não achavam *"adequados"*. Um dos exemplos é apresentado por um participante que foi duramente repreendido por uma professora que, por conta de uma brincadeira com um colega (onde ele bateu com uma régua na bunda do amigo), questionou se ele achava *"bonito um homem fazendo sexo com outro homem"*.

Um outro momento em que a escola se mostra especialmente aflitiva relaciona-se à forma como são conduzidas as atividades físicas e/ou esportivas. Em nossas histórias foi unânime o relato de como a escola (re)produz um recorte de gênero bem marcado nas atividades físicas e/ou esportivas: *"vôlei é pras meninas e futebol é 'pros piá'"*. Um dos participantes relatou que em várias ocasiões ficou sem realizar atividades esportivas na escola. Quando as professoras insistiam para que ele participasse do futebol ele inventava desculpas: *"Não, eu estou com dor de cabeça"*; *"Não, eu estou com dor de barriga"*; *"Não, estou ruim"*. Algumas vezes, as professoras autorizavam que ele jogasse vôlei. Em outras ocasiões, quando o viam jogando vôlei, reeditavam as falas de interdição vivenciadas na família: *"ué, mas por que que você está aqui?"*; *"Não! Isso aqui é de menina"*.

Essa experiência tão comum evidencia o quanto as aulas de Educação Física expõem claramente o processo de fabricação das identidades de gêneros que é operado na escola e dissimulado em boa parte de suas práticas e discursos. Nesse sentido, Louro (2003) aponta para a origem e história dessa disciplina que, estando diretamente ligada a uma

compreensão biologicista e higiênica de saúde, favorece o apelo a uma suposta “ordem biológica natural” que implica na distinção e separação das atividades femininas e masculinas, voltando-se para a construção de um domínio sobre o corpo. Isso demonstra o quanto “a escola está absolutamente empenhada em garantir que seus meninos e meninas tornem-se homens e mulheres “verdadeiros”, ou seja, que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade (Godoi e Arantes, 2012, p. 62).

É importante considerar também que esses relatos recorrentes nos mostram que, além de operar essa produção dos gêneros, a escola, e especialmente as aulas de Educação Física, constitui-se como um *locus* privilegiado de preocupação e questionamento da sexualidade das crianças. Isso ocorre, pois a prática esportiva se constitui como um elemento central na formação da masculinidade hegemônica, fato que demonstra a naturalização das atividades esportivas como parte “instintiva” do homem e a recusa da fruição e/ou prática de esportes como um signo de que algo está errado (Louro, 2003). Ainda dentro da lógica binária e oposicional, vemos que a leitura se inverte quando se trata da experiência das meninas, em que o signo de “erro” está no desejo e nas habilidades esportivas (Zanella, 2018; Louro, 2000; 2003).

Assim, a escola funciona como um importante mecanismo dentro da lógica de regulação, vigilância e controle que caracterizam a sociedade disciplinar (Foucault, 1987). A escola compõe o dispositivo da sexualidade operando uma verdadeira pedagogia das sexualidades (Louro, 2000) dentro de suas práticas cotidianas. Comentando sobre o Código de Meninos Godoi e Arantes (2012, p. 60) afirmam que essa codificação não escrita “[...] é tão forte e ao mesmo tempo tão sutil em sua influência, sendo que os garotos nem notam a sua existência até que o violem de alguma forma ou tentem ignorá-lo. Quando isto acontece, a sociedade tende a torná-los cientes imediata e forçosamente”. É justamente essa resposta social frente a infração desse código não escrito que fez com que começássemos a perceber e nos conscientizar dos motivos de sermos vítimas constante de agressão.

Outro aspecto relevante, que identificamos nos relatos dos participantes, é a importância da educação sexual. Essa importância fica evidente nas histórias de três adultos que participam da pesquisa, nelas é possível perceber o impacto negativo da ausência de informações e debates referentes a educação sexual em sua infância e adolescência. Isso ocorre, pois segundo eles “o acesso a informação naquela época era muito restrito e eu não tinha nenhuma referência [...] na verdade eu não sabia que isso existia, né?!”. As suas narrativas demonstram como esse vácuo de discussão retardou o processo de reconhecimento dos afetos e desejos que constituíam suas experiências (“eles descobriram essas coisas antes do que eu”). Situação que manteve e prolongou um estado de “confusão” identitária, favoreceu práticas homofóbicas, retardou o processo de assunção da orientação sexual, limitou o campo experiencial e a fruição dos afetos e desejos dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos participantes, suas experiências e histórias tornam perceptíveis o quanto a infância é marcada pela (re)produção da homofobia. Fomos e somos sujeitos aos parâmetros e julgamentos construídos dentro de um dispositivo de controle homofóbico que articula discursos e práticas normalizadoras, normatizadoras e disciplinadoras que objetivam nos subjetivar, nos formatar e nos oprimir por meio dos modos pelos quais nos adjetivam. Nos nomeiam antes mesmo que nós possamos nos nomear, antes que nós mesmos identifiquemos, antes que nós possamos nos assumir para nós mesmos, o outro já diz por nós e para nós: “gay”, “viado”, “bicha”, “boiola”. Toda uma série de adjetivos e identidades projetadas sob um imperativo alheio: “você é...”.

Um processo que começa na infância e nos impõe desde muito cedo uma postura reativa. Precisamos reagir e resistir a esses processos para sobrevivermos ao cotidiano de agressões ao qual estamos submetidos, sem mesmo saber ou entender o motivo de sermos vítimas dessas violências. Essa reação se manifesta de diferentes formas nas histórias dos participantes, para alguns a saída era o isolamento, o afastamento, para outros a fuga para outros espaços onde sentiam-se acolhidos.

Por meio dessas narrativas e dessa discussão evidencia-se a necessidade de (re) pensarmos e (re)construirmos a forma como nos relacionamos com a infância e com as crianças de modo a possibilitar relações de acolhimento, continência e desenvolvimento de suas potencialidades e de suas múltiplas formas de existência. Acreditamos que as instituições familiares e escolares, enquanto algumas das primeiras e principais instituições de socialização e formação humana, devem engajar-se na luta pela desconstrução da homofobia e de todas as formas de violência. Assim, reafirmamos a necessidade de nos comprometermos ética, estética e politicamente com a transformação social, tendo como horizonte a busca pela despatologização das identidades, com a construção de relações humanas para além dos binarismos e onde a liberdade de expressão e de vivência e experiência de si se processe para além da cisheteronormatividade. Ou seja, um compromisso com a construção de uma sociedade justa e igualitária onde todos os corpos e subjetividades possam ser vividos, todos os afetos e desejos protegidos, dentro de relações consensuais entre pessoas que vivem em regime político de afetos recíprocos; uma sociedade em que todas as formas de agressão e negação da existência humana sejam combatidas.

REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra travessia*, 5, 9-16. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>

Bento, M. A. S. (2014). Branqueamento e branquitude no Bpçlrasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (6. ed., pp. 25-56). Petrópolis: Vozes.

B7iglia, B., & Bonet-Martí, J. (2009). La construcción de narrativas como método de investigación psicosocial. Prácticas de escritura compartida. *Forum Qualitative Social Research*, 10(1), Art. 1225. <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1225/2666>

Bonassi, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero* [Dissertação] UFSC, 2017.

Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Britzman, D. (1996). O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação e Realidade*, 21(1), 71-96. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644/40637>

Butler, J. (2017). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13ª ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Caniato, A. M. P. (2008). Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 16-32.

Castaneda, M. (2007). *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa.

Crochik, J. L. (2008). O conceito de Preconceito e a perspectiva da Teoria Crítica. In J. L. Crochik (Org.), *Perspectiva Teóricas Acerca do Preconceito* (1ª ed., pp. 69-101). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dellabona, S. R., & Mendes, S. M. S. (2004). O lúdico na educação infantil: jogar brincar uma forma de educar. *Revista de divulgação científica do ICPG*, 1(4), 107-112.

Eribon, D., & Haboury, F. (2003). *Dictionnaire des Cultures Gay et Lesbienne*. Paris: Editions Larousse.

Foucault, M. (1979). Poder-corpo. In M. Foucault (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 145-152). Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2014). *Ditos e Escritos Volume IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2017). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 6ª ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Fry, P. (1982, 10 de Janeiro). Ser ou não ser homossexual, eis a questão. *Folhetim, Suplemento Dominical da Folha de São Paulo*, p. 3.

Godoi, M. R., & Arantes, C. (2012). Governo dos corpos, gênero e sexualidade: reflexões sobre situações do cotidiano das escolas. In L. Lemos de Souza, D. Galindo & V. Bertoline (Orgs.), *Gênero, corpo e @tivismos* (v. 1, pp. 57-68). Mato Grosso do Sul: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FAPEMAT.

- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1973). Preconceito. In M. Horkheimer & T. W. Adorno (Orgs.), *Temas Básicos de Sociologia* (pp. 149-180). São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo.
- Jodelet, D. (2006). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 53-66). Petrópolis: Vozes.
- Lemos de Souza, L., Medeiros, P. A. de, & Duarte, J. F. (2010). Gênero, sexualidade e ética na educação: um estudo com professores sobre a homofobia na escola. In *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos* (v. 1, pp. 1-10). Florianópolis: UFSC.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 23-54). Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (6ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- MacRae, E. (1987). A Afirmação da Identidade Homossexual: seus perigos e sua importância. In I. Tronca (Org.), *Foucault Vivo* (pp. 81-88). São Paulo: Pontes Editores.
- Madlener, F., & Dinis, N. F. (2007). A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. *Rev. Dep. Psicol., UFF, Niterói*, 19(1), 49-60. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100004&lng=en&nrm=iso
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias, Porto Alegre*, 21, 150-182. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso
- Nascimento, M. A. N., & Teixeira Filho, F. S. (2010). Entre a Margem e a Linha: Produção de Subjetividades Homonormativas e Práticas Sociais Homofóbicas entre Homossexuais Masculinos. In H. Costa et al. (Orgs.), *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos* (pp. 741-752). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial.
- Navasconi, P. V. P. (2019). *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTI*s. Belo Horizonte: Letramento.
- Neves, S. (2012). Investigação Feminista Qualitativa e Histórias de Vida. In M. J. Magalhães, I. Cruz & R. Nunes (Orgs.), *Pelo Fio Se Vai À Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Vida* (pp. 119-135). Lisboa: Ela por Ela.
- Pontes, J. C., & Silva, C. G. (2017). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *PERIÓDICUS*, 8(1), 396-417. <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/23211/15536>
- Rich, A. (2017). Cisheterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 4(5), 17-44. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>
- Rubin, G. (2017). Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In G. Rubin, *Políticas do sexo* (pp. 63-128). São Paulo: Ubu Editora.

Saez, J., & Carrascosa, S. (2016). *Pelo cu: políticas anais*. Tradução de Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento.

Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Rev. psicol. polít.*, 10(19), 41-55. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201000100005&lng=pt&nrm=iso

Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Teixeira Filho, F. S. (2011). Homofobia e sua relação com as práticas “psi”. In Conselho Regional de Psicologia (CRP) 6a. Região (Org.), *Psicologia e diversidade sexual* (Cadernos Temáticos, v. 11, pp. 41-57). São Paulo: CRPSP.

Teixeira Filho, F. S. (2012). A construção social das diferenças nas (homos)sexualidades e suas relações com a homofobia. In L. Lemos de Souza, D. Galindo & V. Bertoline (Orgs.), *Gênero, corpo e @tivismos* (v. 1, pp. 83-109). Mato Grosso do Sul: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FAPEMAT.

Teixeira Filho, F. S., Rondini, C. A., Santos, Élcio Nogueira dos, & Mendes, Andressa Benini. (2012). Homofobia e sexualidades em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 16-33. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100003#*a

Telles, J. A. (1999). A trajetória narrativa: história sobre a formação do professor de línguas e sua prática pedagógica. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas-SP, jul./dez., 24(2), 79-92.

Toledo, L. G., & Teixeira Filho, F. S. (2013). Homofobia familiar: abrindo o armário ‘entre quatro paredes’. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65, 376-391. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300005

Vergueiro, V. S. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.*, 9(2), 460-482. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&lng=en&nrm=iso

Wittig, M. (2006). *El pensamiento heterosexual*. Tradução de Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Editorial EGALES.

Zanellato, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. 1ª ed. Curitiba: Appris.